



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

ATA Nº 1 – Primeira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Montalegre, realizada no dia 27 de fevereiro de 2015

No dia vinte e sete de fevereiro do ano de dois mil e quinze, pelas quinze horas, nesta vila de Montalegre, no Pavilhão Multiusos, na sala do 2º andar, sito na Avenida Nuno Álvares Pereira, realizou-se a primeira sessão ordinária da Assembleia Municipal de Montalegre, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 – Apreciação e votação da ata da 5ª Sessão ordinária realizada no dia 29 de dezembro, do ano de 2014.

2 – Expediente para conhecimento.

3 – Período antes da Ordem do Dia.

4 - Período da Ordem do Dia:

4.1 – Apreciação da informação escrita do senhor Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do município, bem como da respetiva situação financeira, nos termos do disposto na alínea c), do nº 2, do artigo 25º, e nº 4, do artigo 35º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

4.2 – 1ª Revisão aos Documentos Previsionais do ano financeiro 2015 (Revisão ao Orçamento da Despesa, Plano de Atividades Municipais e Plano Plurianual de Investimento);

4.3 - Inspeção ao Município de Montalegre realizada pela Ex -IGAL / Comunicação dos despachos tutelares;

4.4 – XXII Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses / Eleição de um Presidente da Junta de Freguesia e um substituto;

4.5 – CPCJ/ Relatório de Atividade 2014;

4.6 – EHATB/ Relatório de Execução Orçamental do 3º trimestre de 2014. (Para conhecimento)



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

5 – Período após a ordem do dia.

Efetuiu-se o registo das presenças, tendo-se verificado que estavam presentes quarenta e cinco membros. Não compareceram à chamada os deputados Manuel Carvalho, Carla Rodrigues, Nuno Pereira, António Eduardo Santos, Ana Maria Martins e Herculano Pereira.

No prazo legal, justificaram as faltas à sessão anterior os deputados Sandra Pinto, José Fernando Moura, Maria Clotilde Gomes, Alda Malho, José Carlos Costa, Rui Duarte e Lúcia Jorge.

Não justificou a falta à sessão anterior a deputada Ana Isabel Dias.

Além do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Manuel Orlando Fernandes Alves estiveram presentes os Vereadores António Gonçalves Araújo, Maria de Fátima Pereira Fernandes Alves, Paulo Jorge Miranda da Cruz e José Duarte Crespo Gonçalves.

Registando-se quórum, o Senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão.

O Senhor Presidente da Assembleia informou a Assembleia que o deputado José Carlos Gonçalves da Costa pediu a suspensão do mandato para a presente sessão, tendo sido nomeado o senhor que segue na lista, Mário Pereira Mendes.

Por estar ausente na presente sessão o 1º Secretário da Mesa da Assembleia, Manuel António da Silva Carvalho, o Senhor Presidente da Assembleia indicou a deputada Maria de Fátima da Silva Crespo para ocupar o lugar de 2º Secretário da Mesa da Assembleia nesta sessão.

1 – Apreciação e votação da ata da 5ª Sessão ordinária realizada no dia 29 de dezembro, do ano de 2014.

A ata da sessão ordinária do dia 29 de dezembro de 2014 foi posta à consideração, tendo o deputado Pedro Barroso feito alguns reparos.

O deputado Pedro Barroso disse que, na página seis, na resposta que o Senhor Presidente da Câmara lhe deu em relação à cedência do Multiusos para a festa do Partido Socialista, o Presidente disse que foi a título gratuito e isso não consta na ata.

Disse ainda que, na resposta dada pelo Senhor Presidente à pergunta porque é que a verba atribuída ao Clube Desportivo e Cultural de Montalegre é superior à



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

do Grupo Desportivo de Vilar de Perdizes, a resposta transcrita, não foi efetivamente o que ele disse. Ele disse que a verba atribuída ao Clube Desportivo e Cultural de Montalegre era superior porque tinha mais equipas e o que está na ata é que recebiam os dois igualmente porque estavam no mesmo patamar competitivo.

Posta a votação, a ata foi aprovada por maioria com sete abstenções dos deputados Maria Clotilde Magalhães Gomes, Sandra Rua Pinto, Ana Isabel Dias, Rui Duarte, José Moura, Alda Malho e Lúcia Araújo Jorge, por não terem estados presentes na anterior sessão.

2 – Expediente para conhecimento.

Não foi recebido expediente.

3 – Período Antes da Ordem do Dia

Inscreveram-se para intervir os deputados Manuel Duarte, Acácio Gonçalves, António Ferreira, Marco Sousa, Domingos Vasconcelos, Ricardo Moura, Jaime Barroso, Paulo Barroso e Pedro Barroso.

O deputado Manuel Duarte apresentou a seguinte proposta de voto de pesar pelo óbito de Albino Morais Fidalgo: “ Voto de pesar: faleceu no passado dia 4 de janeiro Albino Morais Fidalgo. O Albino Fidalgo foi dirigente local do Partido Socialista e vereador da Câmara Municipal.

Apesar de um homem que defendia com frontalidade e coragem as suas ideias, muitas vezes contra os interesses dos poderosos, era um exemplo de convivência democrática, de tolerância, de correção e respeito pelos outros.

Quer em termos políticos e também profissionais, foi sempre dedicado, prestável e generoso. Estava sempre pronto para ajudar e para fazer parte da solução.

Era dirigente dos Bombeiros de Montalegre que serviu com simplicidade e eficácia.

Mesmo fora da política ativa nunca deixou de ter uma intervenção cívica na comunidade expressando sempre os valores da solidariedade, da amizade, da fraternidade e honrando com a prática a grandeza desses valores.

Perdemos um grande Montalegrense.

A Assembleia Municipal de Montalegre presta-lhe esta homenagem expressa neste voto de pesar.

Montalegre, 27 de fevereiro de 2015. Assinado, o Partido Socialista.”



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

O deputado Acácio Gonçalves falou de uma rua que tem sido desprezada pelo pessoal responsável pela limpeza das ruas públicas. Disse que não tem tomado palavra a esse respeito porque tem um estabelecimento comercial perto e pode parecer suspeito, mas o dever de zelo obriga-o a falar. Uma rua que fica no Edifício Cinzas, na Rua Dr. António Joaquim Morais Caldas, numa travessa que vai ter ao Largo do Gato e por deficiência de engenharia ficou um passadiço com umas escadas muito íngremes e à Câmara não lhe custava nada pôr uns corrimãos e limpar aquilo porque também faz parte das ruas da vila.

Falou da troca de uma escola de Criande por uma casa de habitação em Montalegre, em que houve tornas para construção de uma casa mortuária. Perguntou qual o objetivo da casa e se a casa é na totalidade ou só parte. Desconfia quando a esmola é grande e pergunta que compromissos houve por parte da Câmara com o permutante. Disse que várias escolas já foram vendidas mas ninguém sabe de nada e a de Criande, especificamente, podiam-lhe dar um fim mais turístico.

Disse que na aldeia de São Lourenço, em Cabril, verificou que a Câmara andava lá a calcear um recinto particular dum café. Disse que soube que até o Presidente da Junta de Cabril se insurgiu contra isso e pede esclarecimentos. A Câmara não pode andar a fazer calcetamentos em propriedades privadas. Perguntou porque é que se fez isso e quais as vantagens desses favores.

O deputado António Ferreira falou de um incêndio de uma casa de um jovem casal no Bairro do Crasto. Ficou contente por saber que a Câmara está atenta a estas situações e que contribuiu com uma parte significativa. No entanto, sugeriu que os deputados disponibilizassem a senha de presença para ajudar este jovem casal, como ele irá fazer, dando indicações à Mesa nesse sentido. Ficou contente por saber que o problema do loteamento da Corujeira está a ser resolvido porque, pelo menos, desbloqueiam-se problemas de jovens que querem lá construir.

O deputado Marco Sousa entregou o seguinte documento à Mesa: "Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Vereadores, caros senhores deputados municipais, senhor Presidente da Câmara. Senhor Presidente, a minha intervenção antes da ordem do dia prende-se essencialmente a três tópicos: 1º feira do fumeiro. Sou da opinião que uma vez mais, a Câmara Municipal de Montalegre teve capacidade de organização e poder de dinamização de um evento em que a partir de uma montra de produtos locais como o fumeiro, se consegue um dínamo de atividade económica que abrange primeiramente e positivamente os produtores de fumeiro e por conseguinte todas as atividades económicas de suporte para a dinamização do mesmo (hotelaria, restauração, artesanato, etc).

Saliento também positivamente a presença e receção do 1º Ministro de Portugal, Dr. Pedro Passos Coelho, da Presidente da Assembleia da República,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Dra. Assunção Esteves e também o líder da oposição, Dr. António Costa, do partido socialista.

2º Sexta-feira 13. Indo ao encontro do tópico anterior, penso que também foi um evento igualmente bem organizado, no entanto sou da opinião que deveria haver uma inovação no programa cultural dado que aparentemente se está a tornar algo repetitivo fazendo com que haja uma consequente perda de dinamização e valorização do mesmo.

3º Casa Mortuária de Montalegre. Antes de tudo, gostaria de ressaltar que na minha opinião, a concretização de uma casa mortuária perto da igreja matriz é essencial e benéfico para a população local e que o local para o efeito vai completamente de acordo com as necessidades/ expectativas da população de Montalegre.

No entanto, gostaria de perguntar ao senhor Presidente da Câmara os contornos do negócio inerente à casa mortuária ao nível de valores envolvidos, património afetado pelo negócio e partes envolvidas? Assim como a opinião do Senhor Presidente da Junta de Morgade. Assinado, o deputado Marco Sousa". Disse ainda que julga que a sexta 13 pode perder fulgor e convém apostar no sábado 14.

O deputado Domingos Vasconcelos desejou as rápidas melhoras ao deputado Manuel Carvalho.

Perguntou se já há novidades quanto ao posto da GNR da Venda Nova.

Disse que todos têm o dever de admitir que a feira do fumeiro é um sucesso e que, quando ela começou, nunca pensou que iria tomar estas proporções. Cada vez está melhor.

Montalegre mostrou que sabe receber. Recebeu o Secretário de Estado, Nuno Brito, o Senhor Primeiro Ministro, Dr. Passos Coelho, a Senhora Presidente da Assembleia da Republica, Dra. Assunção Esteves e o líder da oposição, Dr. António Costa.

Disse que a Feira do Fumeiro é uma bandeira do Partido Socialista. Não discute a parte financeira e os custos que ela acarreta, mas em termos logísticos deve ser classificada como excelente.

Terminou dizendo que espera que o PSD não esteja a questionar desfilia-lo só pelo simples motivo de elogiar a Câmara, à semelhança de casos da política nacional. Quem diz a verdade não merece castigo.

O deputado Ricardo Moura disse que é verdade que quem diz a verdade não merece castigo e o deputado Domingos Vasconcelos tem provado que é um homem sério. É reconhecedor, sério e diz a verdade. O PSD devia pedir desculpas por não ter acreditado neste grande cartaz.

Disse que recebeu em casa as normas das feiras anuais e pensa que a feira dos santos devia ser feita no dia em que era feita antigamente, nos dias 28 e 29 de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

outubro. A feira dos Santos pode tornar-se mais um êxito em Montalegre, à semelhança da sexta 13 e da feira do fumeiro.

O deputado Jaime Barroso entregou o seguinte documento à Mesa: “Caros colegas, o que hoje me traz a esta tribuna é a indignação, indignação porque já há mais de três meses que a Tourém não se desloca o médico como era de costume e a isso tínhamos direito.

Como devem calcular e infelizmente não é só em Tourém, a maioria da nossa população é de avançada idade e ser votada ao abandono por vingança como é o caso de Tourém, isso é ainda mais indigno.

Pois faz agora um ano e cinco meses que tiveram lugar as eleições para os órgãos autárquicos e dois dias antes do referido ato eleitoral apareceram nas caixas do correio dos eleitores um panfleto chantagista escrito por uma coligação que dá pelo nome de Unidos por Montalegre e na qual figuram os símbolos do PSD e do CDS e mais, não é mentira pois fiz questão de o guardar contando com o que podia vir a acontecer e veio, o que infelizmente é uma realidade e diz assim passo a citar: “Plano sustentado de desenvolvimento de Tourém – a equipa liderada por José Alves Fernandes, para além do já proposto no folheto, acrescentamos que caso nos deem a vossa confiança e vençamos as eleições, Tourém continuará a ter posto médico, onde o doutor se deslocará. Caso contrário podemos transmitir que em breve o posto médico vai fechar as portas. E os doentes têm de se deslocar a Montalegre.”

Ora acontece que eu não acredito que isto tivesse sido inventado pelo meu oponente de per si, não o vejo com esses poderes, teve que ter alguém na retaguarda e não sei se sabem que o médico que ia a Tourém era o Dr. Eugénio Fecha que por acaso também foi e suponho que ainda é destacado dirigente do PSD e se isto não bastasse é Diretor do Centro de Saúde.

Portanto a mensagem que as pessoas de bom senso, que há em Tourém, e me tem sido transmitido é quererem saber o porquê desta vingança, sim porque isto só se pode considerar uma vingança. E queria uma resposta das pessoas responsáveis por esta estupidez, se é que alguém tem coragem de assumir esta vergonha. Assinado, o deputado Jaime Barroso”.

O deputado Paulo Barroso disse que pediu a palavra para falar da feira do fumeiro e da sexta 13 mas como já quase tudo foi dito, restou-lhe elogiar a forma como a Câmara soube promover e divulgar estes dois grandes eventos. Montalegre soube, também, receber figuras máximas da política nacional.

Disse ainda que não se compreende como é que se ouvem tão ilustres elogios, até mesmo da bancada da oposição e depois vê-se um destacado dirigente do PSD dizer que a feira do fumeiro só é o sucesso que é pelo investimento que a Câmara faz em publicidade, que o produto é muito caro e não tem qualidade. Tudo isto escrito num dos jornais mais lidos do concelho de Montalegre. Acha que é uma péssima notícia e que entristece os barrosões.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Reforçou o que disse o deputado Jaime Barroso, deu-lhe os parabéns pelo seu discurso e principalmente por sentir que a mensagem passou para a Câmara e para os deputados. Tudo o que foi dito por ele foi verdade. Foi tudo cozinhado pela coligação “Unidos por Montalegre” e isso foi confirmado à Comissão Nacional de Eleições.

O deputado Pedro Barroso entregou o seguinte documento à Mesa: “Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal e restante mesa, Exmos. Sr. Presidente da Câmara e Senhores Vereadores, caros colegas.

Antes de mais, quero falar sobre dois assuntos já aqui levantados: O deputado Ricardo Moura falou em dinamizar-se a Feira dos Santos e eu acho que seria uma boa hipótese de se realizar a Feira dos Produtos da Terra, nessa altura, (algo que já defendo há muito) aproveitando os conhecimentos já adquiridos pela realização da Feira do Fumeiro, e uma vez que esta já atingiu uma magnitude tal que já não tem mais espaço para crescer.

Quanto à questão do fecho do posto de saúde de Tourém, penso que o meu colega de bancada, Marco Sousa, já mostrou bem que o PSD Montalegre desconhecia e existência do panfleto, pelo que não vejo que se possa falar em perseguição política. No meu entender e, infelizmente, esse encerramento, é o reflexo da reestruturação dos serviços de saúde da região e não será o único pois outros se seguirão.

Mas o assunto principal que queria trazer para esta Assembleia, e uma vez que nós, Oposição, estamos praticamente mortos e quase já não nos “passam cartão” (apesar dos elogios de hoje) por muitas verdades que digamos, era a partilha de algumas questões e inquietações de um conhecido Socialista (que não sei se também já se desfilhou do partido por causa do que escreve), de seu nome Bento Monteiro. Sei que alguns temas já aqui foram falados, até por nós, e que a maioria dos presentes até já leu estes artigos, mas ainda assim acho que é importante trazer a debate estes assuntos de interesse para o Presente e Futuro do Barroso. E no artigo intitulado “O futuro de Barroso” ele afirma: “Montalegre, como já várias vezes o escrevi, vive em festa permanente. Sem grande preocupação com o futuro das suas gentes, mas com o beneplácito das mesmas, o que é mais preocupante, passamos de uma festa para outra sem nos preocuparmos com o futuro. (...) A feira do Fumeiro deste ano foi a melhor de sempre, o que confirma, se dúvidas houvesse, que Fernando Rodrigues não faz cá falta nenhuma: mordomos há muitos e, como se pode constatar, até melhores do que ele. (...) Mas será isto uma boa maneira de gerir de forma eficiente os dinheiros públicos? Será que isso vai permitir a fixação das gentes, sobretudo dos jovens, em Montalegre? A resposta é negativa. Sobre isso, não tenho dúvidas nenhuma. (...) Agora, temos é de ter consciência que quem usufrui destas iniciativas é que tem de as pagar. (...)” Porque, “Depois da festa o que sobra? As piscinas vão continuar fechadas porque não há dinheiro para o aquecimento da água. As estradas do Concelho vão continuar esburacadas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

porque não há dinheiro para a sua manutenção. As escolas do Concelho vão continuar frias e a cair aos bocados porque não há dinheiro para a sua conservação.” E aqui ele faz um parêntesis para dizer que se calhar até há dinheiro pois “foram em tempos disponibilizados cerca de 100 mil euros para a construção de uma escola em Moçambique”. E continua, “As empresas vão continuar a não se fixar no Concelho, e como tal a não se criar emprego, porque a derrama é demasiado elevada, as vias de comunicação são péssimas, (...). Uma pergunta aos jovens de Montalegre: imaginai que, por absurdo, os vossos pais convidam lá para casa, cinco ou seis vezes por ano, várias dezenas de «amigos». Fazem uma grande festa. Casa cheia: mesmo a abarrotar. Comida, bebida e divertimento é coisa que lá não falta. No final da festa, todos se despedem, muitos felizes. No entanto, lá em casa falta o dinheiro, quer para pagar a vossa educação, quer para satisfazer as vossas necessidades básicas. E vós: o que pensais dos vossos pais? Que são uns tipos porreiros? Que são uns irresponsáveis? Que gastaram o vosso dinheiro para satisfazer o próprio ego? Que hipotecaram o vosso futuro, em troca de divertimento?” Já no artigo, “No sentido errado”, ele vai mais longe: “E depois da festa (sexta 13), o que é que ficou? Montalegre ficou, claramente, mais pobre, embora fazendo figura de rico. (...) Quantos empregos é que este enorme investimento, feito pela Câmara Municipal criou, ou simplesmente manteve. (...) E remata, “quantas pessoas temos de condenar a viver isoladas, na miséria, na ignorância crapulosa, na penúria absoluta, para fazer de conta que somos ricos? Assinado, o deputado Pedro Barroso”

O Senhor Presidente da Assembleia pediu prova dos gastos de 100 mil euros numa escola em Moçambique feitos pelo anterior executivo ou pelo novo.

Inscreeveu-se para intervir o deputado Acácio Gonçalves que disse que o Albino Fidalgo era seu colega e amigo e que a bancada da coligação PSD/CDS “Unidos por Montalegre” solidariza-se com o voto de pesar e propôs um minuto de silêncio.

Deliberação: A proposta de voto de pesar foi aprovada por unanimidade.

A Assembleia fez um minuto de silêncio em memória de Albino Morais Fidalgo.

O deputado António Ferreira, em representação da bancada parlamentar do PS apresentou a seguinte Moção de Apoio à Criação da Unidade Local de Saúde do Alto Tâmega e Barroso: “O Hospital de Chaves, integrado que foi no Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro tem vindo progressivamente a perder médicos e serviços que desguarnecem a população por eles abrangida e dão uma má imagem da menina de ouro da revolução dos cravos – O Serviço Nacional de Saúde.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

O serviço de obstetrícia fechou há muito (2007) do conjunto de 42 médicos que ao tempo ali trabalhavam saíram já 28 especialistas o que fez com que outros serviços hajam sido encerrados tais como nefrologia, imunoalergologia e medicina forense.

A Assembleia da República aprovou em 26/04/2011 a Resolução que consagra a Criação da Unidade Local de Saúde do Alto Tâmega algo que a Administração do Centro Hospitalar e Ministério da Saúde têm vindo sistematicamente e desrespeitosamente a ignorar.

Entretanto as especialidades fundamentais estão a ser esvaziadas pela transferência de médicos, para o Centro Hospitalar de Vila Real.

De tal dão prova o fim das cirurgias em urologia assim como o apoio de um cardiologista ao serviço de urgência e a suspensão de um médico tarefeiro ao fim de semana.

De tudo isto resulta uma grave desqualificação do serviço prestado aos doentes do Alto Tâmega e de que os órgãos de comunicação social têm feito eco continuamente.

Nesta conformidade o Grupo Parlamentar do PS apoia a luta pela criação da Unidade Local de Saúde desenvolvida pelo Município de Chaves bem como a manutenção dos serviços de urgência existentes no Alto Tâmega, urgência médico-cirúrgica de Chaves e SUB de Montalegre, que assegurem aos respetivos cidadãos a prestação continuada de serviços de saúde a que todos temos direito e que a foice destruidora do Ministério da Saúde tem vindo a cortar ao ponto de ter transformado o SNS tão bem referenciado por esse mundo fora em algo incaracterístico e sem qualificação. Assinado, o partido Socialista”.

Inscreveu-se para intervir o deputado Marco Sousa.

O deputado Marco Sousa, acerca da moção apresentada pelo Partido Socialista disse que os partidos começaram separados mas vê que agora todos estão interessados no estado da saúde do Alto Tâmega.

Disse ainda que todos erramos e todos somos pecadores inclusivamente o Partido Socialista no que diz respeito ao estado da saúde no concelho de Montalegre.

Deliberação: A Moção foi aprovada por unanimidade.

Inscreveram-se para segunda intervenção os deputados Acácio Gonçalves, António Ferreira, Fátima Crespo, Marco Sousa, José Luís Nogueira, Domingos Vasconcelos e Ana Isabel Dias.

O deputado Acácio Gonçalves disse que a sua intervenção era em defesa da honra da bancada do PSD/CDS – Unidos por Montalegre.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Disse que o CDS tem que se demarcar imediatamente do panfleto a que o Senhor Presidente da Junta de Tourém aludiu e relativo . Disse não ter conhecimento desse panfleto e a responsabilidade vai ser acometida ao diretor de campanha.

Disse que o referido panfleto pode ser interpretado de várias maneiras: a política em 2013 era uma e nessa altura punha-se em causa os postos médicos nas aldeias. No entanto, o assunto tem que ser estudado.

Disse também que ele, como responsável pelo CDS local, não fez campanha em Tourém.

Disse que a bancada do PSD/CDS é uma bancada como outra qualquer. Não vai dizer que ninguém os ouve e que não têm crédito como disse um deputado municipal do PSD na presente reunião. Têm o crédito que merecem. A bancada não pode ser culpada seja do que for, muito menos da feira do fumeiro. Disse que a Feira do Fumeiro tem uma história que ninguém a conseguiu transpor para o público. A feira do fumeiro não é do partido socialista. É de uma associação nobre, a Associação de Desenvolvimento de Barroso (Adere Barroso) e foi feita com fundos comunitários. Entretanto, nessa associação surgiram problemas de índole política, entre o Dr. Paulo e o Sr. Pereira, então Provedor da Santa Casa de Misericórdia e dissolveram-na porque estava a estorvar. O PS, como a feira sobressai, aproveitou a ideia.

Disse que o CDS nunca esteve contra a feira, agora houve alguns senhores ilustres do PSD que tiveram a arrogância de falar contra a feira. O PS fez política com isso.

Disse que o Dr. Manuel Ramos do PSD devia ter juízo. Ele próprio, quando leu o artigo no jornal, ficou melindrado, pois em vez de estar a fazer política a sério, está a fazer política miserável. A notícia publicada no Noticias de Barroso é um artigo muito pobre. Não há eventos sem publicidade e se queremos festas temos que as publicitar. Quanto mais publicidade houver mais gente vem. E Montalegre ganha com isso.

Sobre a Feira do Fumeiro, disse que é uma feira com sucesso, é uma feira nobre, que traz muita gente, sucesso, bom ambiente, os líderes do CDS sempre gostaram desta feira e os do PSD nunca os viu cá. Começam a vir agora porque começaram a reconhecer o valor desta feira.

O CDS demarca-se totalmente das arrogâncias do PSD.

Disse que em setembro de 2014 foi recebido em Montalegre o Ministro de Turismo e Hotelaria de Angola e fica surpreendido como é que se traz um Ministro a Montalegre às escondidas. Almoçam com ele, é-lhe atribuída uma medalha de mérito e tudo às escondidas. Não sabe quem o chamou cá, mas julga que alguém presente nesta sala se pode pronunciar.

O deputado Jaime Barroso defende o lugar como Presidente da Junta e muito bem e realmente deve-se insurgir contra essas situações.

Concluiu dizendo que as coisas boas devem enaltecer-se, as coisas mal feitas devem criticar-se.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

O Senhor Presidente da Assembleia disse que o Senhor Ministro de Angola esteve no País e em Montalegre, a convite da Animar. O Presidente e uma delegação da sua congénere de Angola, a Amangola, convidaram o Senhor Presidente da Câmara de Montalegre para visitar o Salão de Turismo de Angola e daí resultou esta visita.

O deputado António Ferreira, face ao exposto pelos deputados Jaime Barroso e Paulo Barroso, pede desculpa a ambos pois, sem querer, ajudou a essa decisão. Isto é, quem comunicou ao Ministério Público acerca do panfleto foi ele como mandatário do Partido Socialista nas eleições autárquicas 2013. As eleições decorreram normalmente e ele pensava que o processo estava encerrado. Muito tempo depois recebeu uma carta da Polícia Judiciária de Vila Real para ir prestar declarações. Lá foi e até que lhe perguntam se, na sua opinião, o panfleto prejudicou politicamente Tourém. Ele respondeu que não pois os resultados foram bastante favoráveis. Se sabe o que se viria a passar já não diria o mesmo. Diria que Tourém foi gravemente prejudicado pois ficou sem médico como foi ameaçado no referido panfleto.

Realçou que, inocentemente, prejudicou Tourém, mas no momento em que ele foi prestar declarações, Tourém ainda recebia a visita do médico.

Disse ainda que, quando terminou as declarações ia a entrar para prestar declarações, o Sr. José Fernandes, o suposto autor do panfleto. Não se sabe que declarações prestou, o que é certo é que o viram a colocá-los nas caixas de correio na aldeia de Tourém.

A deputada Fátima Crespo disse que o Dr. Manuel Ramos deveria ser censurado publicamente pois o artigo que ele publicou é do mais baixo que se possa imaginar.

O deputado Marco Sousa disse que quanto às intervenções dos deputados Jaime Barroso e Paulo Barroso, se estes repararam na sua anterior intervenção falou sobre a feira do fumeiro, a qual elogiou bastante. O artigo que foi publicado pelo Povo de Barroso está assinado pelo Dr. Manuel Ramos. Se querem justificações desse artigo tem que lhas pedir a ele e não ao PSD.

Disse que o Manuel Ramos é militante do PSD, mas tem a sua opinião e tem liberdade para a publicar. O PSD não defende a censura e consagra a liberdade de expressão.

Acerca de Tourém ter perdido o médico, disse que é solidário com o Presidente da Junta pois os cuidados de saúde, como ele defendeu anteriormente e está em ata, está a perder valências por questões economicistas. Lamenta que só hoje é que pessoas do PS se lembraram que os Montalegrenses precisam de cuidados de saúde.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Sobre o panfleto, disse que o PSD não sabe nada acerca disso e também gostaria de saber quem o fez e se puder ajudar a descobrir quem o fez, o PSD local agradecia.

Concorda que se diga que o Sr. José Fernandes, ligado ao PSD, foi visto a distribuir os panfletos. Agora não podem dizer que o PSD sabia. Isso é um ato individual e não coletivo.

O PSD também podia então dizer que o "Bento Monteiro" se poderia sentar no lado da bancada do PS e o PSD não o faz.

Não se pode fazer política com telenovelas.

O deputado José Luís Nogueira disse que a Junta de Freguesia de Morgade não teve conhecimento dos contornos do negócio, nem foi ouvida sobre o negócio em causa e é contra a venda. Não é contra a casa mortuária de Montalegre, contudo preferia que a escola fosse vendida em hasta pública porque, segundo se consta, haveria gente interessada. A sua opinião já foi transmitida ao Senhor Presidente da Câmara e coincide com as pessoas da freguesia.

O deputado Domingos Vasconcelos, sobre o artigo do Povo de Barroso, disse que não concorda com ele. É uma arruaça e nada tem a ver com o PSD e está devidamente assinado. Quando leu o artigo, ligou para alguns amigos e todos afirmaram que era inadmissível.

Sobre o panfleto distribuído em Tourém, disse que também não tinha conhecimento dele e que é uma obrigação da direção do partido averiguar o caso.

Terminou dizendo que o Dr. Eugénio Fecha não é dirigente partidário do concelho.

A deputada Ana Isabel Dias disse que aceita que lhe digam que o PSD não é responsável pelo artigo do Dr. Manuel Ramos, mas podemos questionar quem é o diretor do jornal, quem é o editor, se são pessoas ligadas ao PSD ou não.

O que não pode aceitar é que um membro do PSD diga que um indivíduo que faz parte de um partido, que faz parte de uma lista do PSD à junta de freguesia de Tourém, distribua panfletos e que nada se faça. Ela própria, enquanto membro do PS, não pode escrever seja o que for, alegando que é a posição do PS. Os dirigentes do PS têm legitimidade para dizer que estava maluca e que iria ser expulsa do partido à qual era filiada.

Se um indivíduo utiliza o bom nome de um partido ou organização tem que ser responsabilizado. E em momento algum ouviu dizer ao deputado que era isso que iam fazer. O deputado Marco Sousa deveria ter dito que o PSD se demarca desse panfleto mas irá apurar responsabilidades.

O deputado Marco Sousa disse que perguntou ao Presidente da Junta de Tourém quem foi a pessoa e qual o seu nome precisamente para tirar



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

responsabilidades políticas. Disse ainda que durante o período de campanha, riscaram-lhe o carro e mandaram-lhe uma mensagem e ele não culpou aqui ninguém e agiram em nome do partido socialista. É um ato individual.

O Senhor Presidente da Assembleia renovou o desafio ao deputado Pedro Barroso para contactar o seu amigo Bento Monteiro, que é um grande mentiroso, para que na próxima assembleia traga documentos para comprovar que neste mandato ou no anterior a Câmara investiu 100 mil euros numa escola em Moçambique.

O Senhor Presidente da Câmara, sobre as verbas atribuídas aos clubes, disse que a ideia está transcrita na ata. Ambos os clubes são tratados da mesma forma. Isso consta no regulamento. A partir daí quem tiver mais equipas recebe mais. E como o CDCM tem mais equipas, logicamente recebe mais.

Disse que nesta sessão já ouviu de tudo um pouco. Já ouviu alguns a dizer de si mesmos que não têm préstimo, outros a afirmarem que o PSD exige o encerramento do posto médico de Tourém de que agora parece querer lavar as mãos dissociando-se do assunto porquanto um candidato local não tem legitimidade para falar em nome do partido que representa e que não deixa de ser espantoso. O parceiro da coligação que consente que o símbolo do CDS seja utilizado nessas manobras também não sabe de nada e vai pedir as responsabilidades ao diretor de campanha que se calhar nem existe. Simplesmente patético e a revelar enorme desorientação e descrédito por parte dos partidos da Coligação Unidos por Montalegre.

Disse que o Dr. Manuel Ramos já esteve sentado na bancada do PSD, retirou-se porque dizia muitas asneiras e para o PS é bem que continue a dizê-las seja onde for. Esse senhor também é militante do PSD, escreve no órgão oficial local pelo que não podem fazer-nos crer que não seja um alinhado com a política do partido.

Disse que as pessoas são de opinião que o Dr. Manuel Ramos se deve calar. Ele é de opinião contrária. Deve continuar a falar. As suas incongruentes cogitações roçam o cómico e também precisam que nestes tempos difíceis nos faça rir.

Disse que admira as intervenções do deputado Marco Sousa pois incute algum rigor e o que precisamos é de consensos. Enquanto não houver consensos ficaremos pelos 36% de reformas que o Governo fez. Os partidos mordem-se uns aos outros. Trabalham só para as eleições e isso prejudica-nos enquanto povo que tem direito a viver dignamente.

Quanto à saúde local disse que, no dia das eleições, no rescaldo da vitória disse, e reafirma-o, que se alguém saiu derrotado da disputa, eleitoral foi o centro de saúde de Montalegre que é um viveiro de políticos falhados e servem-se da saúde dos pobres e dos desfavorecidos para fazer política. Não são todos os que lá trabalham. Há exceções honrosas de gente que abraça a profissão com muita nobreza. Mas não nos façam fazer de sonsos pois já lá vai o tempo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

em que se usavam as baixas e as promessas de reformas que levavam a que até os nossos nos virassem costas. Mas há demasiadas coincidências que não podem ficar escamoteadas. Como foi o caso da SUB de Montalegre onde maldosamente criaram política à volta de uma coisa que nunca existiu. Só espera que os partidos da coligação não se zanguem e continuem a ser muleta uns dos outros já que com tal convive muito bem o PS. Disse que o CSD não pode dizer que não tinha conhecimento do panfleto pois há símbolos envolvidos e a mensagem é divulgada por um candidato que o representa.

Disse que a propensão do CDS em adulterar a história é tão grande que chega ao ponto de dizer que a feira do fumeiro foi uma invenção da ADERE Barroso. Ele nem sabe o que isso é. Disse que há anos atrás lhe apareceu um senhor na Câmara a propor fazer um livro com o historial da feira do fumeiro. Só que queria 60 mil euros e o assunto morreu ali. Mas pode ser que tenhamos de o fazer como forma de comemorar os 25 anos da feira que acontecerão em 2016 e refazer a verdade histórica que o CDS deliberadamente deturpa.

Disse que antes da feira do fumeiro nascesse, já havia quem falasse nela. Já havia quem, estando na oposição, apresentasse a ideia da realização de uma feira dos produtos locais, particularmente com o nome da feira do fumeiro e do presunto em vez de se fazer a então AGRO Barroso que era modelo copiado de outras paragens mas que enchia o peito da gestão autárquica de então mau grado não servir para quase nada. Era ele vereador da oposição e deu ao presidente da Câmara de então que a terá considerado perfeito disparate. É que dava trabalho e exigia criatividade de desenvolver essa ideia! Como deu trabalho mais tarde, andar pelas aldeias um ano antes, quando já quase ninguém criava porcos no Barroso, a pedir por favor e a pagar às pessoas para acreditarem. Quem pagou às pessoas foi o PS recém chegado à Câmara e quem deu a cara pelo sucesso ou insucesso da feira foi a Câmara socialista de Montalegre. Na primeira edição as coisas correram tão bem que ao fim do segundo dia já não tinham produto para vender. Já nessa altura sabíamos divulgar a terra e os eventos por nós feitos. Foi assim que a feira foi feita. Com muito empenho, dedicação e trabalho dos socialistas da Câmara Municipal de Montalegre.

Disse que a Feira do Fumeiro foi um ato de coragem muito grande. Nessa altura não sabiam que já havia uma outra feira do fumeiro. Mas a partir de determinado momento já eram os técnicos daí que vinham ver a nossa feira para tentar colher e importar as nossas ideias e modelo. Disse que fica lisonjeado que dos 308 municípios do país, muitos se hajam revisto no nosso modelo de feira. Há feirinhas por todo o lado, mas feira como a nossa não há nenhuma. Disse que na BTL em Lisboa alguém lhe disse que esteve numa feira que se ufana em fazer-se passar como mais impactante que a nossa mas que nos quatro dias que lá esteve apenas vendeu uma garrafa de vinho. A feira de fumeiro de Montalegre é o modelo das feiras todas de Portugal e só diz mal dela quem se deixa morder por sentimentos menos nobres e dignos de que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

muitas cabeças, infelizmente são cheias. Só um louco é que fala mal da feira. E há tantos a escreverem mal dela. Há quem, mordido sabe-se lá por que bicho, diga que foram gastos milhares de euros em publicidade. Loucura! Mas se a Câmara a esses que tal barbaridade apregoam proporcionasse publicidade à feira nesse valor por certo não rejeitariam a proposta. Aí não seria demais e o Presidente até seria o maior. É alguém que diz mal de tudo o que é feito mas ancora-se nas realizações dentro e fora da terra vendendo frascos e frasquinhos. No primeiro ano da feira do fumeiro, um jornalista transcreveu no jornal "O Público" que as alheiras de Montalegre eram azedas e os presuntos rançosos mau grado ter sido um sucesso absoluto. O líder do PSD de então andou a divulgar essa manchete do jornal. É o mesmo PSD de sempre. A dizer mal da feira do fumeiro, das sextas 13 e de tudo o que fazemos e por isso vem de derrota em derrota até à insignificância que os eleitores lhe reconhecem.

Falou também da casa sita nas imediações do castelo, a casa do Sr. Manuel Morais, a futura Casa Mortuária de Montalegre. A Junta de Freguesia de Morgade, tal como disse o Senhor Presidente da Junta, reafirmo-o, não teve de facto conhecimento dos contornos do negócio. O que está em apreço é a permuta de um bem propriedade da Câmara por outro bem que para o Município e à comunidade Montalegrense tem o maior interesse. Tem assim a Câmara toda a legitimidade no procedimento e de tal não advém prejuízo algum para o Município. O caso foi politizado por quem não sabe fazer mais nada. Não adianta dizer que estava toda a gente à espera da hasta pública, porque isso é falso. Numa hasta pública não há garantias absolutamente nenhuma que o comprador seja do concelho. Isso é política e só política. A permuta decorre porque quase milagrosamente se encontra uma casa junto ao cemitério que vai ao encontro das necessidades da terra e da população. Depois de já se ter gasto dinheiro num projeto bonito para uma obra junto à igreja matriz, começaram a chegar-nos os ecos do descontentamento por se situar distante do cemitério. Ora, quando há descontentamento generalizado, o que se exige de um bom político é que meça as consequências. Repensou-se e tentámos arranjar outra solução. Apareceu esta oportunidade que não poderíamos enjeitar. Julga ter sido um negócio benéfico para a autarquia pois a escola de Morgade é um presente envenenado já que é preciso gastar lá muito dinheiro. Duvida que se aquela escola fosse a hasta pública aparecesse alguém interessado em comprá-la pois é um investimento muito grande para fazer-se daquilo o que quer que seja.

Disse que os valores da permuta decorrem da avaliação dos prédios nela envolvidos e que foi feita por um técnico habilitado para o efeito. Já se está a trabalhar no projeto e ainda haverá espaço para arrumos do Ecomuseu.

Disse ainda que as escolas do concelho estão todas à venda já há muitos anos. Admite que a população de Morgade não saiba, o que não deixa de ser surpreendente porquanto esta informação há muitos anos chegou à aldeia mais



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

distante do concelho, Fafião, que há muito adquiriu à Câmara a escola para dinamização sócio cultural da comunidade local.

Disse que sabe que há pessoas que o que queriam era que a Câmara retrocedesse para cantarem vitória, mas mesmo que houvesse alguém que desse 100 mil euros pela escola, nunca se iria pôr este valor com base de licitação. Isso seria usura, ridículo e deixaria transparecer um descarado oportunismo a que não nos prestamos.

Sobre o largo do café de S. Lourenço, disse que na visita que o executivo fez à freguesia de Cabril, depois de ter sido feito o saneamento, era preciso refazerem-se as ruas e, perante todos os que o acompanhavam, anunciou, e não foi rebatido por quem quer que fosse, que faria todo o sentido intervir no largo sobranceiro no café. Sendo uma proposta gastadora tomara ele que não houvesse essa necessidade e de tal deu imediatamente conhecimento aos que o acompanhavam. Nunca houve alarido nenhum, ninguém o alertou para nada, muito menos de que aquilo era privado. Mas quando o empreiteiro foi para lá trabalhar, foi alertado pelo Sr. Presidente da Junta de que aquele espaço era privado e ele imediatamente mandou suspender as obras. Se depois houve entendimento entre o empreiteiro e o dono do café para terminá-la isso já o transcende. Já nada tem a ver com a Câmara.

Sobre o loteamento da Corujeira, disse que está a ser tratado mas há responsabilidades que são do promotor e que a Câmara nada pode fazer. As pessoas que compraram os lotes compraram no papel, no projeto. Não tiveram o cuidado de esperar pelas obras de urbanização e depois deu no que deu.

Sobre o quartel da GNR da Venda Nova, disse que não há novidade nenhuma. A Câmara e a Junta de Freguesia já fizeram várias diligências mas todas inconsequentes.

Sobre a feira dos Santos, disse que é um risco andar a alterar as datas, mas pediu que apresentem propostas para que possa ser discutido em assembleia municipal.

Disse que numa ida a Lisboa parou algures para almoçar e o dono do restaurante lhe disse que sorte teriam eles se a sua Câmara promovesse a terra e os produtos como faz a de Montalegre. Não se percebe a política da oposição e dos jornalistas feitos agentes políticos a ela ligados de corpo e alma. Vamos continuar a fazer o que os de fora nos louvam e até invejam ao ponto de nos quererem com seus autarcas. É este o caminho que mitigará a desesperança em que vivemos.

É isto que faz com que a Mitsubishi queira lançar em Montalegre um novo modelo de carro. Perguntou porque é que escolhem Montalegre e não outro concelho. É isto que nos deve fazer pensar. A desgraça é grande porque os barrosões serão cada vez menos, mas podemos compensar essa perda dando qualidade de vida aos que cá moram e é isso que os de fora nos admiram e é isso que o PS e o Município farão até à exaustão.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Felicitou a intervenção feita pelo deputado Jaime Barroso pois é um homem que fala desabridamente e educadamente e que nos dá uma lição do saber estar.

Relativamente ao centro de saúde, disse que a CIM está a preparar uma moção à ordem dos médicos, verberando as dificuldades de acesso ao curso de medicina e que mais não é que uma medida escandalosa de proteção à classe instalada. Isto é um problema transversal ao País. Há profissões a mais em todos os setores, só há falta de médicos porque é preciso proteger os privilégios de uma classe que transformou uma profissão nobre num negócio onde não se admite novos intrusos ou concorrentes e que tem um poder reivindicativo enorme. Que cada um pense porquê.

Inscreeveu-se para uma terceira intervenção o deputado Pedro Barroso.

O Senhor Presidente da Assembleia não lhe concedeu a palavra, uma vez que se tratava da terceira intervenção, e o deputado não se ter inscrito para a segunda.

4 - Período da Ordem do Dia

4.1 – Apreciação da informação escrita do senhor Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do município, bem como da respetiva situação financeira, nos termos do disposto na alínea c), do nº 2, do artigo 25º, e nº 4, do artigo 35º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreeveu-se para intervir o deputado Pedro Barroso.

O deputado Pedro Barroso entregou o seguinte documento à Mesa: “Custa-me, mas não posso deixar de considerar lamentável a atuação do Presidente da Assembleia quando usa o regimento municipal (que desconhece) para cortar a palavra aos deputados Municipais. Ora, o referido regimento apenas aponta (no artigo 31º, alínea 3), como situações em que o Presidente da Câmara encerra o debate, “antes das votações das Opções do Plano, Orçamento, Prestação de Contas, ou de qualquer outra proposta da Câmara”. Não está escrito em nenhum artigo que isso deve ocorrer no período antes da Ordem do Dia. E no artigo 25 diz claramente que os deputados têm direito, pelo menos, a um minuto para pedidos de esclarecimento e suas respostas, e se for no período da Ordem do Dia, duas vezes sobre cada assunto até um máximo de 4 minutos. Direito à palavra que me foi negado e já não é a primeira vez.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Claro que não vou ser eu a dizer ao Sr. Presidente como deve conduzir a Assembleia, mas aconselho-o a estudar e seguir o exemplo do seu antecessor o Dr. Pires. Depois do Presidente da Câmara falar faz todo o sentido dar a palavra aos deputados pois há questões que ficam por responder e outras novas que se podem levantar. E foi por isso que eu não me inscrevi para segunda intervenção depois de todos os deputados intervirem a primeira vez porque queria ouvir as respostas do Presidente da Câmara.

Uma questão grave que se levantou foi que o Presidente da Junta de Morgade veio desmentir o Presidente da Câmara, quando disse na reunião de Câmara (e isso está em ata), acerca do negócio da casa mortuária de Montalegre, que “oportunamente tinha dado conhecimento desta solução negocial ao Sr. Presidente da Junta de Morgade e este não lhe manifestou qualquer discordância”.

Quanto ao Bento Monteiro ser do PS, quem o deu a entender foi o próprio Presidente da Câmara, quando afirmou que não ia responder mais a esse senhor pois não queria “entrar numa luta de Kramer contra Kramer, irmão contra irmão”. Eu também gostava de conhecer o Sr. Bento Monteiro, mas quanto ao Sr. Presidente da Assembleia, o melhor era perguntar aos deputados do seu partido que lhe passam as informações do que se passa nestas Assembleias, como ele já publicou no mesmo jornal.

Quanto à questão do fecho do Posto de Saúde de Tourém, confirmara-me agora que o posto de saúde de Solveira também já fechou há dois meses e que eu saiba não foi por causa de nenhum panfleto do PS. Assinado, o deputado Pedro Barroso”.

O Senhor Presidente da Assembleia retirou a palavra ao deputado Pedro Barroso por este não se cingir ao assunto tratado neste ponto da ordem de trabalhos.

A Assembleia tomou conhecimento.

4.2 – 1ª Revisão aos Documentos Previsionais do ano financeiro 2015 (Revisão ao Orçamento da Despesa, Plano de Atividades Municipais e Plano Plurianual de Investimento);

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveram-se para intervir os deputados Acácio Gonçalves e Marco Sousa.

O deputado Acácio Gonçalves disse, como vem acompanhando todas as alterações, melindra-se pelo facto de ter que intervir. Um plano deve ser feito com rigor. E rigor não é verificado neste plano. Disse que as alterações



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

indicadas pelo Senhor Presidente são alterações substanciais. Nas funções sociais do ano em curso estava previsto um financiamento de perto de 3 milhões de euros e de repente foi reduzido para 1 milhão. Tem que se restringir às informações fornecidas pelo executivo e tem mesmo que se dirigir aos técnicos da Câmara para conseguir ler os documentos.

Na educação e no ensino superior verifica-se um aumento significativo e depois na habitação e serviços há uma redução de 1 milhão e 300 mil. São números assustadores.

Disse que, se nada sabe, nada fica a saber com as explicações dadas pelo senhor Presidente da Câmara.

No Edifício Fidalgo também há uma redução significativa, em Solveira estava previsto um saneamento com um determinado valor e agora consta o dobro. Não se percebe a que se deve tal aumento e porque é que não puseram logo o dinheiro que era preciso.

A bombagem de Salto, segundo o que se verifica no documento, e o abastecimento de água exigem mais dinheiro no saneamento de Meixide estavam 75 mil euros e agora faltam mais 70 mil para o ano 2016.

O Parque do Cávado parece um romance que nunca mais acaba. Inicialmente previa-se uma verba de 60.500 mil e passa para 90.500 mil euros.

No Anel Verde, que ninguém sabe o que é 50.500 euros e depois passou para 82.500 euros. Não tem elementos suficientes para fiscalizar essas contas.

Nos serviços culturais estavam previstos ser gastos 1 milhão e 500 mil euros e passaram para 423 mil euros. Verifica-se uma redução significativa.

No pavilhão desportivo de Salto estão previstos 423 mil para o ano em curso e estavam 920 mil. O porque da redução é que não se percebe.

O deputado Marco Sousa pediu ao Senhor Presidente da Assembleia se era possível serem fornecidos os documentos para uma ante análise de forma a que se consigam estudar. O formato do documento parece que está escrito em hebraico. Na eventualidade de serem necessárias alterações orçamentais devem ser explicadas essas mesmas alterações.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse que é o modelo do documento e já pediu ao secretariado da assembleia para enviarem por e-mail. Subsiste em todos os municípios e é o modelo oficial da MEDIDATA.

O Senhor Presidente da Câmara disse que os documentos apresentados são os oficiais e a revisão pretendida agora será extemporânea mas tem fundamento. Quanto ao rigor, e com o devido respeito pelo seu antecessor, tem pena de não poder fazer o que era feito antigamente, que era pôr na rubrica "Venda de Bens e Serviços" 2 ou 3 milhões de euros para depois se fazerem ajustamentos de todo o tipo. Eram números que não representavam dinheiro e que apenas serviam para ajustamentos. Nunca houve tanto rigor como agora por imposição



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

da Lei. Os 19 milhões orçamentados é o que iremos tentar arrecadar. Não há nada escondido e desse conjunto de obras, há algumas que estão em curso, algumas delas para evitar que muitos empreiteiros vão à falência e despeçam pessoal. Se não gostam que o dinheiro seja transferido de umas rubricas para as outras, isso é da responsabilidade de quem gere o orçamento. Ele próprio pensou que ia dar uma notícia agradável ao deputado Acácio Gonçalves, pois está sempre muito preocupado com as obras de Salto, ao retirar 500 mil euros do pavilhão para ali anunciado. Os deputados de Salto que meditem e vejam a forma como os interesses da terra estão a ser defendidos por quem de lá não sai a tentar obter votos e pessoas para acomodar nas listas do seu partido. Disse que a revisão dá-se porque é preciso incluir os projetos que lá estavam e porque foram retirados em setembro e que não conseguiram ser pagos. Relativamente ao Anel Verde não acredita que a dotação que está prevista para esta obra venha a ser gasta pois trata-se de uma obra que será incluída em candidatura no novo Quadro Comunitário. Quanto ao facto dos documentos serem em hebraico, concorda que têm difícil leitura e vai dar indicação para que se obviar esta situação futuramente.

Deliberação: Aprovada por maioria com oito abstenções dos deputados Acácio Gonçalves, Albertina Lopes, Sofia Fernandes, Domingos Vasconcelos, Marco Sousa, Joaquim Babo, Alda Malho e Pedro Barroso.

4.3 - Inspeção ao Município de Montalegre realizada pela Ex -IGAL / Comunicação dos despachos tutelares;

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveu-se para intervir o deputado Acácio Gonçalves.

O deputado Acácio Gonçalves disse que se nota que é um relatório precisamente igual ao que foi feito em 2006 pelo IGAT. No aspeto de deferimentos deixou reparos pois deveria haver informações dos técnicos e depois ir ao Chefe de Divisão. E isto sempre foi defendido por ele, pois os chefes de divisão têm que ter responsabilidades. Verifica-se aqui um caso de Luísa Leonor Pires Fernandes. Se o PNPG tinha que se pronunciar, porque é que não se pronunciou pois está na eminência de ser demolido. O que a Câmara deveria ter feito era não deixar construir.

O Senhor Presidente da Câmara disse que o relatório de 2006 e o de agora são coisas completamente diferentes. Um era na área de pessoal e outro na área de urbanismo. E a inspeção mais recente enviou uma súmula para a Câmara e para o Senhor Secretário de Estado e este despachou concordando com a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

informação da inspeção. No relatório não fala em lado nenhum em alguma demolição que a Câmara tenha que fazer, mas o deputado Acácio não lhe agradou o teor do relatório e tentou arranjar documentos que lhe agradassem. Veem-se as notícias e todos os casos de inspeção duvidosos são encaminhados para o Ministério Público e em Montalegre nenhum processo teve esse fim.

A Assembleia tomou conhecimento.

4.4 – XXII Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses / Eleição de um Presidente da Junta de Freguesia e um substituto;

A bancada Parlamentar do PS apresentou a “Lista A” com os nomes de Daniel Reis Afonso e José Bento Caselas Dias, respetivamente Presidente da União de Juntas de Freguesia de Viade e Fervidelas e Presidente da União de Juntas de Freguesia de Sezelhe e Covelães.

Não foram apresentadas outras listas.

Deliberação: A Lista A (única) foi aprovada, por escrutínio secreto, com trinta e oito votos a favor, três votos brancos e um voto nulo.

4.5 – CPCJ/ Relatório de Atividade 2014;

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveram-se para intervir os deputados Ana Isabel Dias e Acácio Gonçalves.

A deputada Ana Isabel Dias entregou o seguinte documento à Mesa: “Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Digníssimo Sr. Presidente da Câmara e restante executivo municipal, Ilustres membros desta Assembleia: Sem vos querer tomar muito tempo, quero neste momento dos trabalhos dirigir-me a vós para fazer um breve apontamento acerca do relatório de atividades de CPCJ de Montalegre, nomeadamente ao trabalho que esta Comissão desenvolve e para o qual este relatório nos remete.

Dizer-vos que, no meu entendimento, que é também um entendimento técnico, (e não posso esconder a paixão que a área social e humana me despertam), dizer-vos que fico muito agradada e, mais que isso, fico também tranquila ao verificar o trabalho que a CPCJ tem feito. Na minha opinião, um trabalho de excelência!



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Este assunto será, por ventura, para muitos, um assunto de menor importância mas, para mim, trata-se de um assunto de extrema importância pois, considero que é o investimento (sobretudo humano) que se faz nos mais jovens, sobretudo nos mais vulneráveis, que determinará, por certo, a sociedade que teremos no futuro.

Não vos quero maçar mas, tenho que deixar aqui um apontamento de agrado à nossa CPCJ porque, para além de trabalhar com a descrição necessárias que estas áreas requerem, procurando salvaguardar o respeito que estas famílias merecem, desenvolve o seu trabalho envolvendo os parceiros concelhios, procurando sempre um trabalho de parceria, de colaboração, na construção dos planos de vida das crianças, jovens e famílias.

Não é, infelizmente, esta a realidade nacional pois, o desinvestimento que há, atualmente, nas áreas sociais e humanas, nem sempre permite que o trabalho técnico tenha um resultado positivo (mas atenção, é de pessoas que falamos, não de números!). No nosso caso, ressalve-se o trabalho e colaboração de Câmara Municipal que permite, juntamente com os restantes parceiros, que a CPCJ de Montalegre apresente resultados tão positivos no geral nacional.

Para isto, contribui, também, o trabalho e empenho na aplicação das medidas de promoção e proteção que, no caso da CPCJ de Montalegre, são de mais difícil acompanhamento pois são as que requerem um maior empenhamento e disponibilidade por parte dos técnicos. São essas medidas o “apoio junto dos pais” e “apoio junto de outro familiar”- A opção /escolha pela aplicação destas medidas revela que a CPCJ de Montalegre se empenha no trabalho com as famílias, e numa verdadeira construção do seu projeto de vida, pondo de lado o facilitismo da institucionalização que se revela, na maioria dos casos, como uma medida oposta aquilo que se pretende, que é educar e responsabilizar as famílias.

Admito, por fim, que também esta forma de trabalho será uma questão ideológica mas, o que deverá nortear este trabalho, é uma ideologia centrada no ser humano e não noutra coisa qualquer.

Termino com um “muito obrigada” a todos quantos trabalham com e na CPCJ de Montalegre. Muito obrigada pela atenção. Assinado, a deputada Ana Isabel Dias.”

O deputado Acácio Gonçalves disse que o relatório de atividades de 2014 demonstra que a CPCJ nem aderiu ao projeto nacional de proteção de crianças e jovens em risco e não sabe o porquê. É sintomático que está a funcionar a meio gaz.

Disse que não vê a Câmara com vontade que esta comissão trabalhe a sério nesta causa porque senão não lhe atribuiria apenas 5 mil euros. 5 mil euros dá-se a uma entidade qualquer. E esta não é uma entidade qualquer. Estamos a falar de crianças e crianças em risco é o que há mais infelizmente.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Disse que o relatório diz que a CPCJ tem instalações próprias mas isso não pode ser dito. Diz que tem placa identificativa no exterior e ele diz que nunca a viu. Não tem viatura própria. E diz ainda que tem contacto com o interlocutor do Ministério Público, mas duvida, pois se houve alguma reunião deve ter sido feita com o Jorge.

O relatório diz que está a receber um fundo de maneiio, mas ele deduz que sejam os 5 mil euros do orçamento.

Não pode culpar a comissão mas a Câmara não lhe dá meios, nem viatura tem, nem meios informáticos e a Presidente é uma funcionária da Câmara e até isso é contraproducente. Não queria dizer falta de ética, mas a Dra. Irene Alves devia dar lugar a outras pessoas. Criticas não pode fazer, por isso deixa reparos.

Inscreveu-se para segunda intervenção a deputada Ana Isabel Dias.

A deputada Ana Isabel Dias disse que a CPCJ é uma comissão que não pretende fazer política nem andar pelas aldeias com um carro assinalado para avisar as pessoas que andam à procura de crianças em risco. Disse ainda que o deputado Acácio Gonçalves não sabe das reuniões porque é uma questão ideológica, porque não tem que saber, porque se trata do respeito pelas famílias, pela individualidade e pelos problemas privados que estão em causa. Não temos discutir os problemas das famílias na rua, razão pela qual a CPCJ não tem um carro identificativo para que não se saiba que se vai a casa de A,B ou C. isso seria desrespeitar as famílias e o problema das famílias. Efetivamente não se deve fazer uma política barata e bandeira com os problemas dos outros, nem com a pobreza, nem com as situações de risco.

Disse que os meios são todos fornecidos pela Câmara e é preciso ter muito cuidado com certas vulnerabilidades pois são questões de índole pessoal muito graves.

A Senhora Vereadora Maria de Fátima Fernandes Alves disse que a politica não deve servir para tudo. Disse que não vai falar em nome da CPCJ pois não faz parte dessa comissão mas vai falar em nome da Câmara. Se o deputado Acácio Gonçalves tiver dúvidas é melhor dirigi-las à Dra. Irene Esteves pois é ela a presidente da referida Comissão. Dizer que a Câmara dá apenas 5 mil euros é de quem desconhece a realidade. Como a Comissão não tem outras verbas, tudo o que precisam a Câmara dá, incluindo uma viatura que está à disposição 24 horas por dia, sete dias da semana para que os técnicos da CPCJ possam utilizá-lo. Também tem instalações próprias porque não é preciso ser proprietário de um edificio para as instalações lhe terem sido concedidas, e com certeza, e com o devido respeito, o deputado Acácio Gonçalves precisa de mudar de óculos pois as instalações da CPCJ estão devidamente assinaladas. Mas mais ofensivo é dizer que não sabe quem é o interlocutor do Ministério



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Público e falar num Jorge. O interlocutor do Ministério Público é a Senhora Procuradora com a qual a Dra. Irene Esteves reúne todas as semanas. Sobre o facto da Dra. Irene ser funcionária da Câmara e ser Presidente da CPCJ disse que quem a propôs para a Comissão foi ela como vereadora da autarquia porque se isto fosse uma questão de política e de ego, teria ido ela, mas como não é escolheram os melhores para exercerem os cargos. A Dra. Irene Esteves é assistente social de profissão, trabalha há trinta e muitos anos na área social no concelho de Montalegre, é uma pessoa com provas dadas a todos os títulos e primeiro estão os interesses das crianças e não os egos seja de quem for.

Inscreeveu-se para segunda intervenção o deputado Acácio Gonçalves.

O deputado Acácio Gonçalves disse que apenas citou o que está no relatório. Fez apenas um reparo que poderia ser o escrivão do Ministério Público que poderia ser muito bem o Jorge. A Procuradora poderia ter delegado nele. Disse que a Dra. Irene, pelo facto de ser funcionária da Câmara não lhe dá o direito de pertencer à Comissão vitaliciamente. Ele nem sabe como é eleita a Presidente da Comissão. Também sabe que os representantes dos jovens tem direito a estar na comissão e não percebe porque não está. Só falou do relatório porque acha que é um relatório muito pobrezinho.

O Senhor Presidente da Câmara disse que às vezes fala-se mais se estivermos calados. Aquele que intervém em todas as matérias não significa que fale bem e seja o mais empenhado e entendido.

Exige-se a reparação do nome de alguém que foi aqui focado, a Dr^a Irene Alves, pois não se encontrará ninguém melhor do que ela para exercer essas funções. São funções muito difíceis e delicadas e exigem muito do saber estar e do saber fazer, muita descrição e muita capacidade de se saber relacionar com as instituições.

Disse que, para o deputado Acácio Gonçalves, só porque o relatório não constam os nomes dos meninos e das famílias intervencionadas concluiu que não presta, não tem valor, não é de considerar. Assim não vale.

A Assembleia tomou conhecimento.

4.6 – EHATB/ Relatório de Execução Orçamental do 3º trimestre de 2014. (Para conhecimento)

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreeveu-se para intervir o deputado Acácio Gonçalves.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

O deputado Acácio Gonçalves disse que não compreende que retirem verbas assumidas em protocolo, como, por exemplo, na feira do fumeiro. Estavam previstos 50 mil e gastaram 49 mil. No 25 de abril, no contrato programa, previam 10 mil, gastaram 28 mil, na sexta 13 estavam previstos 170 mil, gastaram 137 mil. Põem e dispõem e não explicam nada a ninguém. O que consta no programa não conta para nada e deste modo não percebe nada.

O Senhor Presidente da Assembleia disse que se mantem o valor global e a EHATB pode fazer alterações e correções desde que não se ultrapassem os valores globais.

A Assembleia tomou conhecimento.

5 – Período após a ordem do dia.

Tendo em conta a necessidade de dar cumprimento às deliberações tomadas na presente sessão, foi a minuta desta ata lida em voz alta e aprovada por unanimidade, nos termos do disposto no n.º 1 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou a Assembleia que terminada a discussão da ordem do dia e não havendo público que manifestasse vontade de intervir, deu por encerrada a sessão.

O Presidente da Assembleia

Fernando José Gomes Rodrigues

O 1º Secretário

Olímpia Maria Caldas Fernandes Vinhas

O 2º Secretário

Maria de Fátima da Silva Crespo